



## TECENDO OS FIOS DAS MEMÓRIAS DO SER MULHER

CURCIO, Fernanda Santos.

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social*  
*nanda\_fsc@hotmail.com*

FACEIRA, Lobelia da Silva.

*Professora do Programa de Pós graduação em Memória Social*  
*Lobelia.faceira@unirio.br*

578

### RESUMO

Este artigo propõe compreender a construção do ser mulher a partir do conceito memória social, retomando os discursos que fomentaram as fundamentações daquilo que se entende atualmente como “mulher”. A imagem da mulher e o seu significado não são os mesmos em quaisquer contextos espacial ou temporal. Desta forma, afere-se que o sentido do feminino é uma construção sócio-histórica, e que através de muitas repetições, atingiu o anonimato do seu interlocutor e se transpôs pelas falas da sociedade, vestindo-se da armadura da “verdade”. Buscará então responder algumas questões como o significado e a representação da mulher na sociedade; o seu papel social; e a memória que se tem dela.

**Palavras-chave:** Mulher. Gênero. Memória Social.

### ABSTRACT

This article proposes to understand the construction of womanhood from the concept of social memory, resuming the speeches that fostered the foundations of what is currently understood as "woman." The image of the woman and its signification are not the same in any contexts, such as spatial or temporal. Thus, it is inferred that the sense of the feminine is a socio-historical construction and that, through many repetitions, reached the anonymity of its speaker and transposed the spoken lines of society, dressing the armor of "truth". This article will seek to answer some questions such as the meaning and representation of the woman in society; her social role and her memory.

**Keywords:** Woman. Genre. Social Memory.

### Introdução

Não se pode negar que, nas últimas décadas, grandes transformações vêm ocorrendo sobre o papel da mulher nas sociedades ocidentais. Dentre as mudanças pode-se pontuar o aumento da sua inserção no mercado de trabalho e enquanto chefe de família, posicionamento nos espaços públicos e políticos, entre outros. Porém, mesmo diante desses fenômenos, existem ainda princípios culturais, sociais e políticos que mantêm, legitimam e instituem a desigualdade entre o homem e a mulher.

Qual o significado de ser mulher e a sua representação na sociedade? Qual é o seu papel social? Qual a memória que se tem dela?



A categoria *feminino* muitas vezes é apresentada de maneira genérica, estereotipada, universal e a-histórica, encobrendo as relações de poder que nela se fazem presentes. O gênero, normalmente, é apresentado como uma estrutura dada – natural –, isenta de indagações e questionamentos.

Nesse sentido é necessário construir o conhecimento acerca do feminino a partir da categoria memória social, retomando os discursos que fomentaram as fundamentações daquilo que se entende como “mulher”. Compreende-se que o sentido do feminino é uma construção sócio-histórica, e que através de muitas repetições, atingiu o anonimato do seu interlocutor e se investiu através das falas da sociedade, vestindo, assim, a armadura da “verdade”.

A imagem da mulher e o seu significado não são os mesmos em quaisquer contextos espacial ou temporal, sendo necessário trabalhar essas diferentes imagens e significados a partir dos autores como Beauvoir (1980), Bourdieu (1995) e Perrot (1988). Portanto, torna-se fundamental apontar os processos de construção da ideia de mulher ao longo do tempo e as formas que elas foram representadas e significadas ante a sociedade. Esta gama de representações vem se repetindo e constituindo os espaços sociais ocupados pelas mulheres.

Compreende-se que ao longo da história, naturalizações e generalizações foram sendo criadas e mantidas, fazendo com que as relações sociais se desenvolvam numa intensa repetição. Nesse contexto, mantém-se a divisão binária sustentada no aspecto biológico – na qual a referência é o masculino –, a dominação de um sexo sobre o outro e a construção de hierarquias.

Para que se possa debruçar a análise sobre esta realidade, este trabalho divide-se em três momentos. O primeiro se dedica à categoria gênero, no sentido de desconstruir a noção de que ele é determinado biologicamente, rompendo, assim, com a visão naturalista que o feminino e o masculino sustentam, onde a instituição de como “ser homem” ou “ser mulher” reforçam os estereótipos dos gêneros. Percebendo, assim, o gênero enquanto uma estrutura construída no *socius*, em que a constituição deste fenômeno é produzido e reproduzido constantemente.

Posteriormente será apresentado como se deu a construção e a reconstrução do *ser mulher* ao longo da história, a fim de se compreender a sua constituição e as suas transformações. Tal análise fundamenta-se no pressuposto que esta categoria não é algo dado *a priori*, e possui a capacidade de modificar-se diante de novos contextos.



Por fim, visualizará esta realidade a partir da memória social, uma vez que esta é um campo interdisciplinar que possibilita as investigações e a construção de um conhecimento sobre as relações de poder, a particularidade do sujeito e a influência da transmissão de valores, culturas, modos de ser e credos nas experiências e comportamentos das gerações atuais e futuras.

## 1 Gênero e sua natureza construída

A forma como o sujeito se vê e como percebe os outros a sua volta advém de uma construção de identidade. Esta se constitui na percepção e na oposição do diferente, característico da sociedade disciplinar, apresentada por Foucault (1979), de onde surge a subjetividade e a identidade do ser humano.

A identidade e a diferença são construídas histórica e socialmente. A identidade se produz a partir do outro, visto e compreendido como o negativo, aquilo o que se opõe. O diferente é apontado como aquele que se distancia dos elementos no qual o sujeito se identifica. Logo, tanto a identidade como a diferença não são inatas aos seres humanos e nem naturais, mas se constrói nas relações sociais.

Isso significa que sua definição — discursiva e linguística — está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas [...] A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais (SILVA, 2000, p.81).

Desta forma, a oposição e divisão binárias, como a identidade *versus* diferença, masculino *versus* feminino, entre outros, agem numa separação que um dos elementos é anteposto ao outro. As identidades, como já assinalado anteriormente, são formadas nas sociedades disciplinares, e Foucault (1979) as apontam como um *modus vivendi* que atuam no sentido de dominar o tempo, espaço, ações e sentidos, formando assim, individualidades.

Este controle não se caracteriza em oprimir diretamente, mas por tentar individualizar os sujeitos por intermédio de classificações, fazendo com que as identidades se fundamentem na exclusão e no ataque às identidades diferentes. O poder disciplinar, então, age fixando identidades, reduzindo homens e mulheres aos seus papéis socialmente impostos, e produzindo a aceitação dos lugares que eles ocupam na sociedade.



O gênero, seguindo esta lógica, constrói-se nessa sociedade disciplinar, onde homens e mulheres devem direcionar os seus modos de sentir, de pensar e de agir de acordo com o gênero (feminino ou masculino) arbitrariamente determinado. Isto influenciará na constituição das identidades dos sujeitos.

Cabe neste primeiro momento ressaltar que o gênero não é definido pela biologia, compreendendo que muitos sujeitos apresentam características masculinas ou femininas divergentes com a sua anatomia. Logo, é necessário debruçar-se sobre a categoria gênero, compreendendo como a mesma é formada e instituída, pois só assim consegue-se entender a posição das mulheres como subordinadas e submissas a dominação masculina, sendo que é a partir do gênero que a mulher re-interpreta e re-elabora as suas significações.

Scott (1995) compreende o gênero como as relações constituídas a partir da forma como a sociedade percebe as diferenças biológicas entre os sexos. Tal percepção é baseada em mecanismos classificatórios que por sua vez aglutinam um conjunto de dicotomias: macho/fêmea; masculino/feminino; forte/fraco; razão/emoção; dominante/dominado; entre outros. O campo positivo e superior cabe ao masculino, e o negativo e inferior ao feminino.

As oposições e hierarquias, contudo, são produtos históricos e também arbitrários. Scott (1995), nesse sentido esclarece que o fundamento da desigualdade entre o homem e a mulher não está na diferença biológica, mas sim nos significados construídos socialmente referentes a estas diferenças.

Assim, a partir das diferenças sexuais, se constrói e se reproduz um conjunto de expectativas, instituições e papéis para o homem e para a mulher. Estas categorias são conteúdos culturais formados pelo imaginário simbólico diante de expectativas em torno do gênero, em que por meio dos processos de socialização, irão reforçar os estereótipos e preconceitos dos gêneros, apoiando-se, principalmente, na determinação biológica.

Porém, como bem aponta Butler (2011), o gênero é uma norma, uma construção sócio-histórica, contudo ele não está separado do poder de regulação. Na verdade, a questão é bem mais sutil. Os dispositivos e mecanismos de regulação não são anteriores ou autônomos no que tange ao gênero, pelo contrário, “o sujeito *gendrado* só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações” (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007, p. 132). Em outras palavras, o poder não é apenas algo que se opõe ao sujeito, “el poder que em um principio aparece como externo, presionado sobre el sujeto, presionando al sujeto a la subordinación, asume una forma psíquica que constituye la identidad del sujeto” (BUTLER, 2011, p. 13).



Esta concepção de gênero de Judith Butler sofre influências da teoria de Foucault, na qual vislumbra que o poder não age simplesmente dominando e oprimindo as subjetividades, mas sim, atua imediatamente na sua constituição. Assim, os discursos e mecanismos reguladores que constroem o sujeito do gênero, são os mesmos que agem na produção da sujeição.

Butler (2011), porém, se difere de Foucault ao compreender que as regulações de gênero vão além de uma forma de regulamentação de um poder maior e extenso. A mesma é uma regulação ímpar que apresenta efeitos sobre a subjetividade, formando uma hierarquia entre o masculino e o feminino e também a heteronormatividade. Nestes termos, o homem e a mulher estão sujeitados ao gênero e são subjetivados pelo mesmo.

Isto pode ser observado na interpelação médica, no procedimento da ultrassonografia ao denominar o feto como “ela” ou “ele” antes mesmo de nascer. A partir do momento em que se descobre o sexo e o denomina como menina, esta será “feminizada”, de acordo com a compreensão cultural. Porém esta significação não é contínua e permanente, sendo necessário, então, que a interpelação seja repetida incessantemente, tornando o performativo em algo “natural”. A repetição dessa nomeação, “é menina”, ou “é menino” age como uma norma e constrói uma fronteira entre o que cabe ao feminino e ao masculino.

Dessa forma, a ação performática de coerção e dominação se dá no ato de nomeação do sexo que segue ao que é instituído socialmente, podendo, assim, compreender o gênero como uma identidade em contínua construção e repetição ao longo do tempo, por meio de ações, gestos e estilos (BUTLER, 2003).

Este ato performativo de coerção e dominação provoca uma des-historização e eternização dos fundamentos da divisão sexual, fomentando a relação de dominação do homem sobre a mulher. Bourdieu (1995) também trata da questão da divisão sexual, afirmando que a construção simbólica não é apenas uma operação performativa, mas também uma transformação profunda e duradoura do corpo e do cérebro. O que cabe a um gênero é excluído do outro.

O autor entende que a instituição, ou em suas palavras, o “discurso mítico” aponta um conjunto de diferenciações, destacando a alteridade entre o homem e a mulher, estimulando as práticas que convém para um ou para o outro, ou desencorajando ações e papéis que não condizem com o que é imposto.

Esta divisão sexual, para Bourdieu (1995) está “na ordem das coisas”, ou seja, é vista como normal e inevitável, sendo a todo momento legitimada. A visão androcêntrica



apresenta-se com uma enorme potência. O autor então afere que a sociedade atua como uma máquina simbólica que ratifica a dominação masculina, onde “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (Bourdieu, 1995, p. 20).

O autor dedica uma obra para discutir a dominação masculina, percebendo a mesma e na maneira como é imposta e vivenciada,

[...] o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que chamo de violência simbólica, violência suave insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 1995, p. 6).

Além disso, o mesmo afirma que a diferença biológica é utilizada para naturalizar o “arbitrário da cultura” e os gêneros são postos como “habitus sexuados”. Quando o dominado tem suas percepções e ações em conformidade com as estruturas de dominação, “os seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão” (BOURDIEU, 1995, p. 21). O autor salienta que

O universo simbólico [...] localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, passado, presente e futuro. Em relação ao passado, estabelece uma ‘memória’ que é compartilhada por todos os indivíduos que são socializados na coletividade. No futuro, oferece um quadro de referência comum para projeções de ações individuais. O universo simbólico liga os homens com os seus predecessores e seus sucessores numa totalidade de sentido, servindo para transcender a finitude da existência individual e conferindo significado à morte individual (BOURDIEU, 1989, p. 140).

Por outro lado, como pontua o autor, existe sempre uma tensão, uma luta cognitiva e interpretações diversas sobre este fenômeno, fazendo com que tais contradições criem uma possibilidade de resistência a esta violência simbólica.

Os corpos e a práxis não estão totalmente submetidos à ordem social, ou o seu inverso, não passíveis de interferência. As estruturas de dominação do masculino não são a-históricas e inalteráveis, como bem sinaliza Bourdieu.

Butler também aponta a instabilidade das normas de gênero, uma vez que as mesmas necessitam de repetições, e que a partir disso, elas podem assumir uma repetição diferente do que é imposto. Em suas palavras, “el género es el mecanismo mediante el cual se producen y naturalizan las nociones de masculino y femenino, pero podría muy bien ser el aparato



mediante el cual tales términos son deconstruidos y desnaturalizados” (BUTLER, 2011, p. 12).

Demonstra-se ao longo deste item que o poder disciplinar, ao produzir subjetividade, utiliza mecanismos que tentam moldar ou impedir o que está se transformando. A subjetividade por ele produzida é uma identidade que o *socius* interpela para que ela não se modifique. O gênero obedece a essa ordem e influencia na re-significação e re-interpretação do *ser mulher*. Contudo, como será apresentada a seguir, a transformação é inerente ao sujeito, e o seu ato de modificar-se é o que tem de mais intrínseco em sua natureza.

## **2 Construção histórica do ser mulher: Práticas sociais consolidadas à mulher**

Compreendendo o gênero como uma categoria complexa – construída histórica e socialmente, onde há o referencial dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens num determinado contexto espacial e temporal –, será feito nesse momento alguns apontamentos no que tange aos processos de construção do *ser mulher* ao longo do tempo e como elas foram representadas e vistas pela sociedade.

Na história do ocidente ocorreram grandes mudanças no que se refere ao papel e a representação da mulher frente à sociedade. O *ser mulher* não é o mesmo em qualquer contexto espaço-temporal. De acordo com Beauvoir (1980), na pré-história, enquanto o homem não compreendia a procriação e desconhecia os elementos para a produção agrícola instituiu à mulher a incumbência da colheita. Em tal cenário, a figura da mulher detinha certas vantagens e destaque social, uma vez que estava relacionada miticamente à fertilidade do próprio corpo e da terra.

Contudo, a partir do momento que o homem descobriu e se tomou dos meios e instrumentos que favoreciam a produção agrícola e percebeu a sua capacidade geradora, começou a reivindicar para si a prole e a colheita. Foi neste cenário, como aponta Beauvoir (1980), que houve o declínio da posição feminina nas relações sociais.

Na Grécia Antiga, onde se encontram as raízes e os valores que formaram a civilização ocidental, mantinha-se na tradição a percepção da mulher como incapaz de pensar, assim, ela não poderia participar da administração da polis grega. Cabia então a mulher o trabalho do lar, mas também os físicos, como a caça, pesca e agricultura.

A submissão da mulher ao homem, este enquanto o criador das leis, foi progressivamente se aprofundando. Beauvoir (1980) esclarece que foi nesse contexto que o



homem se afirma enquanto sujeito e que o Outro é visto como uma ameaça. Isso é percebido, de acordo com a autora, desde Platão, na Grécia Antiga, quando compreendia a alteridade, a diferença, o mesmo que o Mal e a negação.

A mulher apresentava uma vida cheia de restrições e era considerada objeto de seu marido, ficando relegada, então, a satisfazer as vontades e desejos do mesmo. Foucault (1986) aponta que a moral e os valores da época, alicerçados em Aristóteles, sustentava que ao homem cabia ordenar e à mulher obedecer.

Na sociedade Judaica, esta extremamente patriarcal, a memória da subalternidade da mulher se mantém. Nesta realidade, Deus é associado à figura masculina, e a mulher – criada da costela do homem - é culpada e responsabilizada pelo pecado e sofrimento da humanidade, de acordo com o mito judaico. A mulher carregava o estigma de estar mais predisposta ao mal e mais passível às ciladas do demônio (GEBARA, 1991).

O estigma, como apresenta Goffman (1988), é um atributo que torna o sujeito diferente aos demais, desvalorizando-o, ou colocando-o numa posição inferior e/ou em desvantagem. A mulher nesta lógica, então, assume o estigma do mal, da tentação, do pecado e da perdição. O cristianismo, pela Igreja Católica, consubstancia esses preceitos, incorporando os valores gregos, romanos e judaicos (MOREIRA; BORIS; VENÂNCIO, 2011).

Nota-se que existe uma visão dualista, estruturada em dois princípios opostos, onde o homem representava o bem e a mulher, o mal. É devido a esta relação maniqueísta entre a mulher e o homem, produto de uma cultura patriarcal, que Beauvoir (1980) aponta o motivo de a mulher ser vista tão ofensivamente pela sociedade, religião e leis. Como salienta,

Das virtudes ambivalentes de que ela se revestia retém-se principalmente o aspecto nefasto: de sagrada, ela se torna impura. Eva entregue a Adão para ser sua companheira perde o gênero humano; quando querem vingar-se dos homens, os deuses pagãos inventam a mulher e é a primeira dessas criaturas, Pandora, que desencadeia todos os males de que sofre a humanidade. [...] A mulher é, assim, votada ao Mal (BEAUVOIR, 1980, p. 100).

Contudo, para a autora, o homem, mesmo percebendo a mulher como um mal, ele precisava dela para procriar e para satisfazer os seus desejos. Ela, então, não poderia ser banida do *socius*. Assim, caberia a ela se submeter ao que era imposto pelos homens, de forma a se purificar da sua desonra original. A Bíblia reproduz esta instituição, onde o cristianismo estima a “virgem consagrada e esposa casta e dócil” (RAMALHO, 2014, p.36).





Como ressalta Foucault (1986), a expressão *sexualidade* pertence às sociedades modernas e pós-modernas, surgindo apenas no século XIX. Anterior a esta realidade, não era permissível vislumbrar um modelo de sexualidade humana semelhante ao que se entende nos dias de hoje. Assim, não existindo um termo que abarcasse a sexualidade de homens e mulheres, irá se consolidar o princípio da diferença sexual entre eles.

O entendimento dominante se baseava no monismo sexual, onde a mulher era entendida como um homem invertido. O seu útero, era o escroto invertido, os ovários eram os testículos, a vulva um prepúcio e a vagina, por sua vez, um pênis (LAQUEUR, 1989 apud COSTA, 1995, p. 100). Desta forma, o padrão de inteireza e superioridade era representado pela anatomia do homem, e a mulher era significada como uma inversão, sendo apontada como inferior e menos desenvolvida na gradação da perfeição.

Na passagem do século XVIII para o século XIX houve o declínio do conceito de unicidade e da perfeição do corpo masculino, e a ascensão da oposição e descontinuidade sexuais do corpo feminino e masculino. Costa (1995) aponta que neste momento se impõem as diferenças morais aos comportamentos que cabem aos homens e às mulheres.

A mulher deixa de ser o polo invertido, e assume a posição de inverso e complementar ao homem. Contudo, a inferioridade da mulher ainda se mantém viva, mesmo diante deste fato. Mais que isto, de acordo com o autor, a bissexualização acentuou o domínio masculino sobre o feminino, fazendo produzir e reproduzir o estereótipo e estigma que a mulher carrega, ao apontá-la como inferior, frágil e movida pelas emoções. A metamorfose da significação da mulher apenas reiterou a supremacia masculina.

Coutinho (1994) ao se dedicar às mudanças nas relações na transição da sociedade feudal para a burguesa, aponta alguns elementos, como a individualidade, a intimidade, os sobrenomes e identidades pessoais que marcaram esta passagem. Esta nova instituição que se aflora no surgimento da sociedade capitalista burguesa traz a tona também, por meio do matrimônio por amor e do contrato matrimonial, a criação da família nuclear (pai, mãe e filhos). Coutinho (1994) aponta que nesta conjuntura ocorreu a “Revolução Sentimental XVIII”, que significou o aparecimento do amor conjugal e materno, e o sentimento de intimidade do lar.

De acordo com o autor com a ascensão da burguesia, o afloramento da sociedade capitalista industrial e a nova concepção de família – fundamentada no amor romântico -, a mulher se torna ainda mais submetida a vida doméstica. A mulher passou então, a ser a



responsável pelos cuidados dos filhos e do marido - este cada vez mais ausente ao trabalhar fora de casa – e isolou-se à esfera privada doméstica, vivendo em função dos outros e esqueceu-se de si.

A mulher passa a viver para o amor: amor a seus filhos, a seu esposo, a sua casa. Para tanto, ela deveria se manter pura, distante dos problemas e das tentações do mundo exterior — o mundo do trabalho —, que deveria ficar sob o encargo do homem (COUTINHO, 1994, p. 29).

Porém, como ressalta Perrot (1988), mesmo havendo a separação do espaço público para o homem, e o privado à mulher, os limites entre estas duas esferas era bastante variável e sinuoso, uma vez que o poder central cabia ao pai. A mãe, por sua vez, era responsável por construir e reconstruir uma moral doméstica que proporcionasse sentido as suas ações.

Em meados do século XIX, diante dos baixos salários dos operários, e para aumentar a renda familiar, a mulher se viu na necessidade de começar a desempenhar atividades laborais fora do espaço privado do lar. E nas fábricas, participando diretamente da produção, a mulher reconquista, assim, uma importância econômica. Beauvoir traz, então, uma questão que se faz presente nessa nova situação: como conciliar a escravização à função geradora que cabia a mulher, com o seu novo papel de trabalhadora produtiva?

A autora aponta que o preservativo (antes utilizado como produto antivenéreo) e a prática do *coitus interruptus* começaram a serem utilizadas, inclusive entre os operários, de forma a evitar a reprodução.

Logo, para Beauvoir (1980), a junção desses dois fatores, a participação no trabalho produtivo e a libertação da obrigação à reprodução, que fomentaram a evolução da condição da mulher no *socius*. Foi a partir deste momento que a mulher começou a perceber o trabalho como algo que poderia proporcionar-lhe certa autonomia, porém, como afirma Ramalho (2014, p. 40),

Ainda assim, o privilégio econômico detido pelos homens, seu valor social, o prestígio do casamento, a utilidade de um apoio masculino, persistiram e fizeram com que muitas mulheres continuassem necessitando dos homens, os quais permaneceram fundamentando a maneira como elas se viam e eram vistas.



Em meados do século XIX, como esclarece Alves e Pianguy (1985), apresenta-se a primeira onda do movimento feminista, o sufragismo<sup>1</sup>, que reivindicava por direitos democráticos para as mulheres, como o direito ao voto, ao divórcio, à educação e ao trabalho.

Os acontecimentos que se desenrolaram na segunda metade do século XX, por sua vez, trouxeram intensas mudanças no seio social. No final dos anos de 1960 surge a segunda onda do movimento feminista, juntamente com os movimentos contestatórios da época. Além das reivindicações já postas no primeiro movimento, este questiona a influência da cultura nas desigualdades. Este período foi marcado pela liberação sexual, impulsionada pelo aumento dos contraceptivos (COSTA, 2011).

O terceiro momento da luta feminista, como afirma Costa (2011) começou a se apresentar no fim da década de 1970, com a luta de caráter sindical, e já em 1990 houve a expansão e diversificação de organizações feministas.

Atualmente há de se convir que a mulher conseguiu ultrapassar os muros do lar, ocupando espaços ora ocupados somente pelos homens. Contudo, mesmo com a diminuição da dominação masculina, a mesma ainda não se extinguiu, e se manifesta sutilmente nas relações sociais. A racionalidade harmoniosa que se aprofundou no século XIX, ainda se mantém até os dias atuais, onde cada sexo apresenta funções, sentimentos e papéis vistos como inerentes à sua natureza, onde o poder simbólico se faz presente no masculino e a submissão ao feminino.

Portanto, aquilo que é lembrado ou esquecido ao longo da história não é eterno e natural, mas sim uma práxis de eternização que se dá através das instituições. Os comportamentos e papéis assumidos pelos sujeitos são influenciados pelas relações sociais, onde a tradição e a cultura são repassadas de geração a geração ao longo dos anos. Os homens e as mulheres, pertencentes aos grupos sociais, conscientemente ou não reafirmam os valores apreendidos e os retransa às gerações futuras. Compreende-se, assim, a necessidade de se dedicar a memória social, pois é a partir dela que se constrói as ressignificações das relações de gênero e o sentimento de identidade.

---

<sup>1</sup> O movimento sufragista, iniciou em 1848, nos Estados Unidos. Tal movimento denunciava a exclusão da mulher do espaço público. No Brasil, o movimento tomou corpo em 1910, a partir da fundação do Partido Republicano Feminino pela professora Deolinda Daltro (ALVES; PITANGUY, 1985).



### **3 O ser mulher no contexto da memória social**

De acordo com os apontamentos elucidados nos itens anteriores verifica-se que as significações do *ser mulher* se transformaram ao longo do tempo. Contextos sociais influenciaram ressignificações que transformaram decididamente o papel e a representação da mulher na sociedade ocidental moderna.

Contudo, compreende-se que ela recebe, ao nascer, através dos processos de socialização, um conjunto de normas referentes aos modos de pensar, representar, agir e sentir que reforçam os estereótipos e preconceitos do gênero. Este é arbitrariamente imposto a ela, diante de uma construção social altamente masculinizada.

É importante que se conceba a memória diante dos quadros sociais nos quais ela se ancora e se mantém e que orientarão a materialização do tempo, do espaço, da representação e da linguagem. São diante destes dispositivos que os grupos se utilizarão para constituir as suas representações e as suas lembranças compartilhadas socialmente. É no movimento duplo do lembrar e o esquecer, que os sujeitos se reportam ao presente, dando novos significados ao passado.

Halbwachs (2006) compreende que a memória age no sentido de produzir a identidade do grupo, por meio de processos de negociação que reforçam a coesão social. Os grupos que formam o meio social, na visão do autor, não se opõem e não chegam a uma ruptura que possibilite o surgimento de novos grupos. A memória, então, estaria apoiada em quadros sociais estáveis.

Convém, contudo, esclarecer, que a memória não é um espaço harmônico e homogêneo. Pelo contrário, ela é constituída por resistência no espaço das relações de poder, de forma a manter os valores e instituições de um grupo social. Pollak (1989), por conseguinte, entende a memória como um mecanismo de dominação e imposição, e não uma “adesão afetiva” como acreditava Halbwachs. Para o autor, a memória age no sentido de proporcionar coerência e continuidade na reconstrução da identidade do sujeito ou do grupo.

Alude-se que qualquer instituição para se manter e se reproduzir precisa de uma memória convergente a ela. Este é o caso da memória da submissão da mulher ao homem, simbolicamente imposta aos sujeitos.

Ricoeur (2007) ajuda nesta compreensão, ao trazer para o campo de estudo o fenômeno da “memória manipulada”. Tal categoria representa perfeitamente a institucionalização da dominação masculina.



Como esclarece o autor, esta memória se constrói e se reproduz no campo das relações de poder. A memória e o esquecimento neste cenário são constituídos e forjados de acordo com a lógica dominante. A manipulação da memória está expressa em processos ideológicos, fundamentais para a construção de narrativas, sendo estas necessárias para a construção e modificação das identidades. Ricoeur (2007) aponta a ideologia como um mecanismo de legitimação dos dispositivos do poder, articulando-o à cultura social.

Gondar (2000) salienta que a memória compõe o jogo do lembrar e o esquecer, uma vez que a mesma se constrói a partir de processos de segregação de que se diverge daquilo que se busca preservar. A exclusão, no entendimento da autora, se dá por meio do recalque, interdição, repressão ou censura, onde

A própria sociedade deseja ocultar tudo aquilo que poder revelar seus paradoxos, suas falhas, enfim, tudo aquilo que poderia comprometer a imagem – a ficção – que ela pretende fornecer sobre si mesma. Assim, ela não apenas se “esquece” destes elementos capazes de revelar sua alteridade consigo própria, como também se esquece deste esquecimento, e dos meios que utilizou ou utiliza para efetivá-lo (GONDAR, 2000, p.38).

Nestes termos, como afere a autora, não é necessário utilizar-se de força para se produzir o esquecimento, ficando o tempo responsável pelo mesmo. Isto pode ser representado quando Bourdieu (1995) trata o fenômeno da dominação masculina, por meio da violência simbólica, que em a busca da manutenção do poder, mascara-se e se infiltra no meio social, sujeitando homens e mulheres a esta lógica.

Desta forma,

O corpo biológico socialmente modelado é um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada. Os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizadas sob a forma de posição e disposição elementares do corpo, que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais (BOURDIEU, 1995, p. 156).

Diante do fenômeno da subordinação e submetimento da mulher ao homem, que vem sendo mantido e naturalizado ao longo das gerações, constata-se que a memória pode ser um mecanismo de poder, a partir do momento que ela reproduz valores e interesses dominantes. Este fenômeno é desenvolvido por Gondar (2000), onde a autora afirma que a memória pode ser efetivamente um instrumento de poder. Para travar esta discussão, a mesma traz para o campo de debates as contribuições de Foucault. Este entende que o poder além de selecionar as lembranças já constituídas, age também na produção do *o que lembrar*.



Gondar (2000) ressalta que para Foucault a produção de subjetividade é uma construção de memória. Mas cabe pontuar que o sujeito, diante das imposições sociais, responderá de maneira única e distinta, “constituindo processos de criação de si, isto é, processos de subjetivação, que escapam àquilo que os códigos estabelecem” (GONDAR, 2000, p. 34).

Todavia, a criação não combate o poder ou se assujeita a ele. Ela, na verdade, funciona como uma *do bra* – uma reduplicação – que se dá por cima da força, irrompendo-se o diferente e original, que ultrapasse essa dominação. A memória, aqui, é compreendida como uma resistência, como uma expectativa de criação, logo, “mais do que garantir a preservação do que passou, a memória pode ser uma aposta do porvir” (GONDAR, 2003, p. 42).

É diante disso que é possível vislumbrar o surgimento de uma memória que sobrepuja esta realidade em que a mulher é vista e apontada como inferior ao homem. Novas memórias dessemelhantes a esta vêm se formando, como pode ser percebido nas transformações da significação e representação do ser mulher ao longo dos anos. A dominação masculina se mantém, mas começa a ser coberta, sutilmente, por memórias frescas, pulsantes e insólitas que compreendem as mulheres enquanto atoras de suas histórias que não aceitam mais a subalternidade ilegítima imposta a elas.

## **Conclusão**

É notável que na atualidade a subordinação da mulher ao homem vem sendo sutilmente obscurecida, diante de fenômenos já apontados anteriormente como a sua grande inserção no mercado de trabalho, autonomia financeira e o aumento de sua participação em espaços públicos e políticos. Porém, as práticas de sujeição ao homem não foram esquecidas e são ainda uma realidade, formando os papéis que cabem as mulheres e aos homens, em suas relações para com o mundo e em suas relações de afeto.

Ao longo deste trabalho, tentou-se brevemente apresentar a categoria gênero, de maneira a corroborar que este assume um caráter performativo e normativo. A divisão sexual, aparecendo de modo objetivado cria hierarquias e dominações, onde o feminino se apresenta submetido ao masculino. Estas instituições, que são transmitidas ao longo do tempo, faz com que homens e mulheres internalizem o seu papel, utilizando este como âncora que ressignifica as relações de gênero.



A mulher, neste contexto, sem ao menos perceber, reproduz a subordinação em relação ao homem, cuja a memória tem criado naturalizações e generalizações que fazem das relações sociais e de dominação uma incessante reprodução do mesmo, de uma cultura altamente masculinizada.

Porém, isto não é imutável. Num segundo momento, foram apresentadas as construções das significações e papéis da mulher ao longo da história, aferindo que o *ser mulher* se transforma de acordo com as condições sócio-espaciais. Este caminho trilhado afirma o fundamento de que as representações que estão em torno da mulher não são naturais, a-históricas e inalteráveis.

Mas o transpassar destas intuições, papéis, significações e identidades se fundamentam numa memória que se estende ao social, atuante no processo de construção das relações sociais e as vivências do cotidiano. A cultura e os modos de vida possuem uma relação na constituição e elaboração dos comportamentos das gerações atuais e futuras, em que a memória social reconstrói essas lembranças.

Não obstante, por se tratar de uma memória construída, manipulada, carregada de contradições e de correlações de força, ela é passível a transformação, a criação. O poder, enquanto forma de subjetivação e sujeição, abre espaço para as resistências. Isso pode ser percebido no surgimento de novas e pulsantes memórias que fazem com que esta cultura altamente masculinizada não se suporte como antes. As mulheres vêm conquistando novos espaços, lutando contra as desigualdades e violências por elas sofridas. Elas têm levantado as vozes para dizer que não aceitam mais esta posição de subalternidade frente aos homens. Elas caminham em busca de construir um futuro diferente, produzindo inventivamente espaços onde a liberdade descobre e cria o novo, que se desdobra sobre o poder que está posto.

## Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é FEMINISMO*. São Paulo: Ed. Abril cultural: Brasiliense, 1985.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332007000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100007)>. Acesso em: 20 junho 2014.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. v.2, 1980.



- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A dominação masculina*; tradução Maria Helena Kühner. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUTLER, Judith. *Mecanismos psíquicos del poder*. Valencia: Ediciones de Cátedra, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- COUTINHO, Maria Lucia Rocha. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>> Acesso em 23 de Junho de 2011.
- COSTA, Jurandir Freire. *A Face e o Verso: estudos sobre o homoerostimo II*. São Paulo: Escuta, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade II – O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Graal, 1979.
- GEBARA, Ivone. *Teologia Feminista*. In: Curso de Verão: Ano V. (Org. José Oscar Beozzo). São Paulo: Paulinas, 1991. (Coleção Teologia Popular)
- GOFFMAN, Erving. *Estigmas, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan. 4. ed. 1988.
- GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In: BARRENECHEA, M. A.; GONDAR, J. (Org.). *Memória e espaço: trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, I.; GONDAR, J. (Org.) *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LAQUEUR, Thomas. Amor veneris, vel dulcedo appelletur. In Naddeff, R., & Tazi, N. (Eds.). *Fragments for a History of the Human Being*. Part 3. New York: Michel Feher, 1989.
- MOREIRA, Virgínia.; BORIS, Georges.; VENÂNCIO, Nadja. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. *Psicologia & Sociedade*. v. 23, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a21v23n2.pdf>>. Acesso em 18 junho 2014.





NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral* (Tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Disponível em: < <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf> >. Acesso em 21 junho 2014.

\_\_\_\_\_. *Memória, esquecimento e silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 3, 1989.

RAMALHO, Thalita. *Memórias do feminino na obra de Walter Hugo Khouri*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013. (Dissertação de Mestrado em Memória Social).

RICOEUR, Paul. *Memória, História e Esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SCOTT, Joan. “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org) *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.